



CIÊNCIAS MÉDICAS: ESTUDOS CLÍNICOS E REVISÕES BIBLIOGRÁFICAS

VOLUME 2

Organizadora
Daniela Bandeira Anastacio



CIÊNCIAS MÉDICAS: ESTUDOS CLÍNICOS E REVISÕES BIBLIOGRÁFICAS

VOLUME 2

Organizadora
Daniela Bandeira Anastacio

Editora Omnis Scientia

CIÊNCIAS MÉDICAS: ESTUDOS CLÍNICOS E REVISÕES BIBLIOGRÁFICAS

Volume 2

1ª Edição

TRIUNFO - PE

2023

Editor-Chefe

Me. Daniel Luís Viana Cruz

Organizadora

Daniela Bandeira Anastacio

Conselho Editorial

Dr. Cássio Brancaleone

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Dr. Wendel José Teles Pontes

Editores de Área - Ciências da Saúde

Dra. Camyla Rocha de Carvalho Guedine

Dra. Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira

Dr. Leandro dos Santos

Dr. Hugo Barbosa do Nascimento

Dr. Marcio Luiz Lima Taga

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Assistente Editorial

Thialla Larangeira Amorim

Imagem de Capa

Freepik

Edição de Arte

Vileide Vitória Larangeira Amorim

Revisão

Os autores



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial
Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

C569 Ciências médicas : estudos clínicos e revisões
bibliográficas [recurso eletrônico] / organizadora
Daniela Bandeira Anastacio. — 1. ed. — Triunfo : Omnis
Scientia, 2023.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-6036-029-7
DOI: 10.47094/978-65-6036-029-7

1. Ciências médicas - Bibliografia. 2. Ciências médicas
- Casos, relatórios clínicos, estatísticas. 3. Saúde
pública - Aspectos sociais. 4. Política de saúde. 5.
Pessoal da área da saúde - Formação. I. Anastacio, Daniela
Bandeira. II. Título

CDD23: 610.7208113

Editora Omnis Scientia

Triunfo – Pernambuco – Brasil

Telefone: +55 (87) 99656-3565

editoraomnisscientia.com.br

contato@editoraomnisscientia.com.br



PREFÁCIO

Caro leitor,

Os desafios e dilemas enfrentados pelo setor saúde desde o Brasil colônia vem se tornando a cada dia mais complexos. A busca de uma saúde pública mais digna para a população nos faz aprofundar cada vez mais na luta de um SUS humanizado. As valiosas contribuições aqui publicadas nos fazem refletir sobre o processo saúde – doença e seus determinantes.

No decorrer da leitura dos artigos, o caro colega perceberá que o setor saúde não se limita apenas reconhecer os problemas, também se faz necessário a promoção da melhora na qualidade desses serviços. Vale salientar que o interlocutor também irá se deparar com assuntos de grande relevância relacionados a crianças, saúde mental e bucal, violência contra mulher que envolve uma ação intersetorial, além de uma das novas arboviroses urbanas que circulam no Brasil e possui grande relevância a saúde pública devido seu poder incapacitante e dependendo da gravidade poderá afetar diretamente na economia de um país.

Em nossas publicações sempre selecionamos um dos capítulos para premiação como forma de incentivo para os autores, e entre os excelentes trabalhos selecionados para compor este livro, o premiado foi o capítulo **4**, intitulado **“INFLUÊNCIA DO LEITE MATERNO NA MICROBIOTA DO LACTENTE - UMA REVISÃO DE LITERATURA”**.

Excelente leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....11

IMPLANTAÇÃO DE UMA CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO EM UM HOSPITAL DE MÉDIO PORTE

Danielle de Sousa Ferreira Brito

Simone Aparecida de Souza Freitas

Priscila de Oliveira Martins

Merilaine Isabel dos Santos

Raquel Resende Cabral de Castro e Silva

Ronaldo Antônio de Abreu Junior

Natália Borges Pedralho

Maria Ivanilde de Andrade

Tatiana Lamounier Silva

Karla Patrícia Figueirôa Silva

Daniela de Sousa Azeredo

Martapolyana Torres Menezes da Silva

DOI: 10.47094/978-65-6036-029-7/11-20

CAPÍTULO 2.....21

GESTÃO DE UTILIZAÇÃO: QUALIDADE EM SERVIÇOS DE SAÚDE

Valdjane Nogueira Noletto Nobre

Andréia Elias da Cruz Nascimento

Marília Antônia de Paula

Bianca Cristina Silva Assis Santiago

João Eduardo Pinho

Rita de Cássia Almeida Sales

Hirlla Karla de Amorim

Siomara Jesuina de Abreu Rodrigues

João Batista Camargos Junior

Maria Virgínia Pires Miranda

Laise Cristina Pantoja Feitosa

Diélig Teixeira

DOI: 10.47094/978-65-6036-029-7/21-30

CAPÍTULO 3.....31

A AUSTERIDADE FISCAL E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DA CRIANÇA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Maria Jesus Barreto Cruz

Verônica Pablini de Abreu Martins

Heloisa Helena Barroso

Mariana Roberta Lopes Simões

Liliane da Consolação Campos Ribeiro

Ana Carolina Lanza Queiroz

Mariana de Souza Macedo

Rhavena Barbosa dos Santos

DOI: 10.47094/978-65-6036-029-7/31-47

CAPÍTULO 4.....48

INFLUÊNCIA DO LEITE MATERNO NA MICROBIOTA DO LACTENTE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Vitória Maria Santos Silva

Bianca Mickaela Santos Chaves

Nauale Lopes de Araújo

Antônio José da Silva

Ana Mara Ferreira Lima

Josie Haydée Lima Ferreira

DOI: 10.47094/978-65-6036-029-7/48-60

CAPÍTULO 5.....61

MEDICAÇÕES UTILIZADAS NO TRATAMENTO DE PARKINSON E A INFLUÊNCIA NA SAÚDE BUCAL: REVISÃO DE LITERATURA

Luara Yvina Lima Paulino

Juney Alexandre de Sousa Canuto

Ana Paula da Silva

Ruan Lucas Holanda de Souza

DOI: 10.47094/978-65-6036-029-7/61-71

CAPÍTULO 6.....72

PRINCIPAIS TUMORES NÃO ODONTOGÊNICOS ENCONTRADOS NA CAVIDADE BUCAL DE CRIANÇAS: REVISÃO DE LITERATURA

Alenildo Pereira da Silva

Silvane e Silva Evangelista

DOI: 10.47094/978-65-6036-029-7/72-82

CAPÍTULO 7.....83

ASPECTOS DA REALIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REVISÃO DE LITERATURA

Luana Gonçalves de Oliveira

Vanessa Dias Gomes do Prado

Maria Pena Alves Melo

Nagma Nascimento Prado

Gisele Pereira Correia

Elma Rodrigues dos Santos Martins

Farlene Vieira Silva

Giselda Lourismar Pereira Correia

Aiane Mara da Silva

Meire Raquel Paiva Vasconcelos da Silveira

Cláudia Pereira Rocha

Thays Peres Brandão

DOI: 10.47094/978-65-6036-029-7/83-95

CAPÍTULO 8.....	96
------------------------	-----------

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA FEBRE CHIKUNGUNYA NO ESTADO DO CEARÁ DE 2018 A 2022

Hellen Karine da Silva Alves

Francisco Fábio Bezerra de Oliveira

DOI: 10.47094/978-65-6036-029-7/96-106

ASPECTOS DA REALIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REVISÃO DE LITERATURA

Luana Gonçalves de Oliveira¹;

Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), Uberlândia, MG.

<http://lattes.cnpq.br/6743331200743818>

Vanessa Dias Gomes do Prado²;

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.

<http://lattes.cnpq.br/2289373417427203>

Maria Pena Alves Melo³;

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.

<http://lattes.cnpq.br/0294529422302297>

Nagma Nascimento Prado⁴;

Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), Uberlândia, MG.

<http://lattes.cnpq.br/6098711018161047>

Gisele Pereira Correia⁵;

Hospital e maternidade municipal Dr. Odelmo leão Carneiro (HMMDOLC), Uberlândia, MG.

<http://lattes.cnpq.br/6849986422153162>

Elma Rodrigues dos Santos Martins⁶;

Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), Uberlândia, MG.

<http://lattes.cnpq.br/8900162215384362>

Farlene Vieira Silva⁷;

Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), Uberlândia, MG.

<https://lattes.cnpq.br/3356270125392138>

Giselda Lourismar Pereira Correia⁸;

Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), Uberlândia, MG.

<http://lattes.cnpq.br/7065898772425826>

Aiane Mara da Silva⁹;

Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU), Uberlândia, MG.

<https://lattes.cnpq.br/3446955592663111>

Meire Raquel Paiva Vasconcelos da Silveira¹⁰;

Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU), Uberlândia, MG.

<https://lattes.cnpq.br/8512290783236574>

Cláudia Pereira Rocha¹¹;

Fundação Hemominas, Uberlândia, MG.

<http://lattes.cnpq.br/5514090571862230>

Thays Peres Brandão¹².

Prefeitura Municipal de Serra do Salitre, Patrocínio, MG.

<http://lattes.cnpq.br/0857704143417847>

RESUMO: A violência contra a mulher ocorre quando o ato é praticado fundamentado pela diferença de gênero, sendo considerado uma violação dos direitos humanos originado de relações de desigualdade. A dimensão do problema pode estar enraizada em fatores culturais, permeados em uma sociedade sexista e patriarcal, onde a maioria das mulheres sofreram agressão pelo menos uma vez na vida. O objetivo do presente trabalho é fazer um apanhado sobre a realidade da mulher que sofre violência. Essa pesquisa trata-se de uma revisão narrativa de literatura. A busca foi realizada na base de dados do Portal de periódicos Capes e Google Acadêmico no período de maio de 2023. A análise dos dados ocorreu por meio de Análise Temática de Conteúdo. A maioria das mulheres violentadas se sentem submissas e temem o agressor. Os violentadores pautavam suas atitudes na ânsia de controlar suas parceiras. Um dos fatores determinantes para essa questão são as experiências de violência na família de origem e histórico de maus-tratos na infância. Foi possível verificar no presente ensaio que a violência contra mulheres é um problema sério de saúde pública posto que, não é possível mensurar suas consequências, mas sabe-se que a extensão da violência traz sequelas físicas e psíquicas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Mulher. Saúde.

ASPECTS OF THE REALITY OF VIOLENCE AGAINST WOMEN: LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: Violence against women occurs when the act is practiced based on gender difference, being considered a violation of human rights originating from unequal relations. The dimension of the problem may be rooted in cultural factors, permeated in a sexist and patriarchal society, where most women have suffered aggression at least once in their lives. The objective of this work is to make an overview of the reality of women who suffer violence. This research is a narrative literature review. The search was carried out in the database of

the Portal of journals Capes and Google Scholar in the period of May 2023. Data analysis took place through Thematic Content Analysis. Most abused women feel submissive and fear the aggressor. Rapists based their attitudes on their desire to control their partners. One of the determining factors for this issue are the experiences of violence in the family of origin and history of abuse in childhood. It was possible to verify in this essay that violence against women is a serious public health problem since it is not possible to measure its consequences, but it is known that the extent of violence brings physical and psychological sequelae.

KEY-WORDS: Violence. Woman. Health.

INTRODUÇÃO

A violência é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma situação em que há utilização da força física, de poder ou ameaça que apresente como resultado, morte, privação ou dano psicológico, sendo possível utilizar de aplicação contra si mesmo ou contra outra pessoa (WHO, 2002).

Já, a violência contra a mulher ocorre quando o ato é praticado fundamentado pela diferença de gênero, sendo considerado uma violação dos direitos humanos originado de relações de desigualdade. Dessa forma a violência contra a mulher pode ser considerada um fenômeno social complexo, associado a danos psicológicos, morais e físicos, manifestado através de relações de subordinação, resultando sempre em circunstâncias de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher (BANDEIRA, 2014; BRASIL, 1994; GOMES; ERDMANN, 2014) ao mesmo tempo em que enfoca a condição de gênero como categoria de análise central para a compreensão da dinâmica deste fenômeno. Inicialmente, localiza a precedência histórica da construção desse campo de estudo e de pesquisa no âmbito das ciências sociais, particularmente da sociologia, sob um olhar feminista. Segue abordando a categoria de violência contra a mulher como questão central no cotidiano, uma vez que o volume de denúncias das mais variadas formas de violência contra as mulheres tem persistência como relevante fenômeno social. Na sequência, destacam-se os locais institucionais de acolhimento deste fenômeno social, como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam's

Devido a isso, a Organização das Nações Unidas (ONU), evidenciou que a violência contra a mulher, impacta financeiramente todos os países, e atinge desde os setores da saúde, em virtude dos atendimentos às vítimas, do judiciário, pelos custos processuais, como no setor trabalhista, com os afastamentos médicos, levando ao um montante de 1,5 trilhão de dólares, ou ainda, 2% do Produto Interno Bruto (PIB) global (ONU, 2017).

A dimensão do problema pode estar enraizada em fatores culturais, permeados em uma sociedade sexista e patriarcal, onde a maioria das mulheres sofreram agressão pelo menos uma vez na vida, sendo que houve repetição em grande parte dos casos.

Estudos demonstraram que existe um padrão, na qual há predomínio da violência sexual, seguida de violência psicológica/moral e, por último, a física. Bem como, observou-se a existência de um ciclo, iniciado na violência psicológica/emocional, evoluindo para agressão física (CECILIO *et al.*, 2012; COSTA LEITE *et al.*, 2015; MOREIRA *et al.*, 2015).

É função do Estado assegurar esse tipo de amparo para que as vítimas da violência doméstica possam buscar seus direitos (MARQUES *et al.*, 2020). Nesse cenário, em 2003, a notificação dos casos de violência contra a mulher se tornou obrigatória em serviços de saúde público e privado, como forma de promover a padronização e sistematização das informações, possibilitando a identificação e caracterização das vítimas e agressores, dimensionando a violência e suas várias formas e consequências. Facilitando a elaboração de intervenções do SUS nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal para articulação das políticas de saúde (COSTA LEITE *et al.*, 2015; LIMA; DESLANDES, 2015; VELOSO *et al.*, 2013).

Visando reduzir os índices de violência contra a mulher em 2006, foi promulgada esta lei nº 11.340, Lei Maria da Penha a qual estabeleceu a criação de centros de educação e de responsabilização para os autores de violência doméstica e familiares e além disso, garantiu punições mais severas e efetivas contra o agressor, bem como maior proteção da vítima, inclusive com previsão de interrupção gestacional nos casos decorrentes de estupro de acordo com decisão do Superior Tribunal Federal pela ADPF 54, votada no ano de 2012 (BRASIL, 2006).

Neste contexto, é necessário refletir sobre os fatores que levam a violência, e de certa forma, direcionar parte dos esforços a prevenção desses atos (FREITAS; SILVA, 2019).

De acordo com Pimenta (2011) torna-se necessário o desenvolvimento de ações de forma mais ampla, incluindo análise de gênero, que indica as relações de poder e de dominação que existe entre homem e mulher. Reconhecendo, portanto, que não se trata apenas de políticas públicas que incentivem as práticas denunciadas e sim do reconhecimento que essas mulheres precisam de um espaço de cuidado sem julgamentos prévios para se fortalecerem como cidadãs ativas e consequentemente identificarem e romperem com o ciclo de violência. Entretanto, sabe-se que existe uma resistência cultural por parte de uma herança patriarcal instituída e de difícil desconstrução (FREITAS; SILVA, 2019).

Diante disso, o objetivo do presente trabalho é fazer um apanhado sobre a realidade da mulher que sofre violência.

REFERENCIAL TEÓRICO

A violência, independente de qual natureza, muitas vezes, se dá de forma silenciosa, naturalizada, repetida e sistemática, ou seja, algo natural para quem pratica e às vezes até para quem é vítima. Muitas mulheres que estão nessa situação, se veem como dependentes

do cônjuge seja emocionalmente ou financeiramente e por isso sequer percebem que estão em situação de violência (FREITAS; SILVA, 2019).

Dessa forma, foi percebido que a maioria das mulheres violentadas se sentem submissas e temem o agressor, bem como foi visto que, mesmo quando a violência é física ou sexual, o desejo reprimido é a vontade de dominar e oprimir, ou seja, abusar da condição que exercem sobre elas. E mesmo que em algum momento algumas mulheres tenham coragem de revidar a agressão ou abandonar sua casa na tentativa de cessar a violência, muitas retornam à condição por acreditar que seja por amor, pelo bem da família, dos filhos e ou para atender ao pedido do parceiro (CECILIO *et al.*, 2012; COSTA LEITE *et al.*, 2015; MOREIRA *et al.*, 2015; VELOSO *et al.*, 2013).

Nessa premissa, um estudo realizado por Moura *et al.* (2020) verificou que os violentadores pautavam suas atitudes na ânsia de controlar suas parceiras, posto que, se consideravam chefe da casa e as mulheres obrigadas a serem subordinadas às suas vontades. Justificaram ainda que essa seria uma forma de preservar sua masculinidade. Entender esse discurso masculino torna-se essencial para o processo de mudanças das relações íntimas, e padrão de crenças para evitar novos episódios de violência (MOURA *et al.*, 2020).

Corroborando com essa visão, uma pesquisa brasileira realizada por Paixão *et al.* (2018) com homens agressores, na faixa etária entre 25 e 62 anos de idade, levantou que a violência entre casais é uma nuance privada e deve ser resolvida entre o casal, sem influências de terceiros, até mesmo da polícia.

Devido a isso, a atenção deve ser voltada para a banalização da violência, posto que muitos agressores não têm consciência que estão praticando atos violentos. Desse modo, torna-se essencial compreender a banalização da violência nos relacionamentos entre casais e a importância do apoio da sociedade na reflexão de relacionamentos mais saudáveis (MOURA *et al.*, 2020).

Observa-se que um dos fatores pontuais para essa questão são as experiências violentas na família de origem e a presença de maus-tratos na infância. Ou seja, quando a realidade da criança está permeada de violência, ou maus tratos, seja com eles ou com a mãe, encontra-se uma maior predisposição a repetir padrões relacionais violentos. Essas relações violentas funcionam no sujeito agressor como um modelo para a resolver seus conflitos pessoais. Os resultados da pesquisa apresentaram que as dimensões do abuso físico e psicológico paternos se relacionam com as diferentes manifestações de agressão física nos relacionamentos conjugais dos participantes (MARASCA *et al.*, 2017; MCMAHON *et al.*, 2015; MOURA *et al.*, 2020; VU *et al.*, 2016)5,13]], "issued":{"date-parts":[["2017"]]}}, {"id":4996,"uris":["http://zotero.org/users/9499357/items/NIT536JV"], "itemData":{"id":4996,"type":"article-journal","abstract":"OBJECTIVE: Prior research indicates that different types of childhood maltreatment frequently co-occur and confer risk for adulthood intimate partner violence (IPV).

Outra questão relacionada com experiências de violência na infância, e com o modelo impetrado de resolução de problemas, foi o fato de o parceiro culpar a esposa pela violência desenvolvida, essa condição visa diminuir a culpa do agressor aproximando-o do papel esperado pela sociedade que preconiza o homem como aquele que protege e cuida (PAIXÃO *et al.*, 2018).

Assim, além das relações padronizadas pela cultura patriarcal e sexista, fatores externos como a utilização de álcool e outros entorpecentes ilícitos favorecem a condição para a violência. Mesmo que alguns estudos não tenham definido que essa condição seja um fator determinante, o estado de alteração ocasionado por essas substâncias está diretamente ligado em algumas situações, posto que, mulheres relataram que os agressores ficam mais violentos nessas condições (MARTINS; NASCIMENTO, 2017; MOURA *et al.*, 2020; VIEIRA *et al.*, 2014).

Outra variável investigada foi o sentimento de raiva, que em uma pesquisa realizada por Moura *et al.* (2020) levantou o dado de que todos os participantes do estudo apresentaram nível de raiva desadaptativo. Tal fato pode ser explicado, mais uma vez, pela cultura preconizada em nossa sociedade, onde o modelo machista implica na construção de um homem que é criado desde criança a reprimir suas emoções, como a dor, o carinho, ou todas aquelas que sugerem fragilidade.

Nesse mesmo estudo citado foi possível identificar elevados níveis de testosterona e cortisol, hormônios que são associados à raiva, explosão e violência. E verificou-se também que o uso de álcool pode agir como um fator propulsor nessa relação, ocasionando o surgimento de eventos violentos. Justificando a ligação de maior incidência de comportamentos agressivos com a ingestão do álcool (MOURA *et al.*, 2020).

Como uma consequente violação dos Direitos Humanos, a violência contra as mulheres acarreta consequências políticas, econômicas, sociais, psicológicas e culturais, e devido a extensão e intensidade dos resultados é tão importante que existam estratégias que visem o fortalecimento da cidadania feminina. Nessa direção, é fundamental destacar a importância de o Estado agir com a participação da sociedade, no processo de construção de políticas públicas e ações educacionais voltadas para sua prevenção e superação. Em virtude disso se torna essencial estudos que forneçam dados que possibilitem identificar as características dos agressores, bem como suas motivações, não para encontrar uma justificativa, mas para que as estratégias de contenção estejam focadas nos problemas desde a sua raiz (ALMEIDA, 2007).

Dito isso, percebe-se que mesmo que haja fatores externos relacionados a cenários de violência contra a mulher, o fator determinante em todos os estudos está nas crenças e nas formas de criação que se repetem pelas gerações, enfatizando a necessidade de tratamentos psicológicos e educacionais para prevenção dessas agressões. Nesse ponto é muito importante ressaltar a necessidade de iniciativas públicas que abordem o tema nas escolas, iniciando já na primeira infância os valores de respeito e controle dos sentimentos

que devem ser desenvolvidos pela sociedade.

METODOLOGIA

Essa pesquisa trata-se de uma revisão narrativa de literatura de abordagem quantitativa, de natureza básica, descritiva exploratória quanto aos objetivos e bibliográfica quanto aos procedimentos (GIL, 2019).

Nas etapas procedimentais foi utilizado a seguinte questão norteadora: quais aspectos a literatura científica têm abordado acerca da violência contra a mulher?

A partir disso definiu-se como critérios de inclusão artigos e legislações publicadas desde a sanção da Lei Maria da Penha, compreendendo o recorte temporal de 2006 a 2023. Excluiu-se artigos de opinião que não respondiam aos objetivos da pesquisa.

A busca foi realizada na base de dados do Portal de periódicos Capes e Google Acadêmico no período de maio de 2023.

A análise dos dados ocorreu por meio de Análise Temática de Conteúdo, proposta por Bardin (2016).

CONCLUSÃO

Foi possível verificar no presente ensaio que a violência contra mulheres é um problema sério de saúde pública posto que, não é possível mensurar suas consequências, mas sabe-se que a extensão da violência traz sequelas físicas e psíquicas.

Foi identificado também que embora os poderes públicos tentem assegurar a proteção feminina através de dispositivos legais e programas que acolham essas mulheres, a violência para com elas tem se perpetuado ao longo de décadas apresentando uma crescente progressão, o que deixa evidenciado a necessidade de reunir esforços para atuar na educação, mudando a base de crenças e costumes, no intento de desmistificar a superioridade masculina.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S. de. **Violência de gênero e políticas públicas**. 2007. 262 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-528487>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449–469, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 13 jul. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2016.

BRASIL. **[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 2020. *E-book*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. **Convenção de Belém do Pará**. Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. Belém do Pará: Comissão Interamericana de Direitos Humanos., , 1994. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. **Lei 13.104 de 09 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Presidência da república, 2006.

BRASIL. **Mapa da Violência**. Brasília: Câmara dos deputados: 2018. *E-book*. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf&sa=D&source=docs&ust=1689271076178731&usg=AOvVaw2WS5iT-sFb-VJUQ2BPmq0>. Acesso em: 18 maio 2023.

CAVALCANTI, G. de M. B. *et al.* A violência contra a mulher no sistema único de saúde. **Revista de Pesquisa, Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 145–153, 2020. Disponível em: http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewFile/7148/pdf_1. Acesso em: 13 jul. 2023.

CECILIO, L. P. P. *et al.* Violência interpessoal: estudo descritivo dos casos não fatais atendidos em uma unidade de urgência e emergência referência de sete municípios do estado de São Paulo, Brasil, 2008 a 2010. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 293–304, 2012. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-49742012000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 jul.

2023.

CHANDAN, J. S. *et al.* Intimate Partner Violence and the Risk of Developing Fibromyalgia and Chronic Fatigue Syndrome. **Journal of Interpersonal Violence**, [s. l.], v. 36, n. 21–22, p. NP12279–NP12298, 2021. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260519888515>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CNJ. **O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2017. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=Awrihyp4NrBkR2gRBvz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1689298680/RO=10/RU=https%3a%2f%2fbibliotecadigital.cnj.jus.br%2fjspui%2fbitsstream%2f123456789%2f108%2f1%2fO%2520Poder%2520Judici%25C3%25A1rio%2520na%2520Aplica%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520da%2520Lei%2520Maria%2520da%2520Penha.indd.pdf/RK=2/RS=pvJDFJRV-dNwObIBvAulEprhQP38-. Acesso em: 18 maio 2023.

ALMEIDA, S. S. de. Violência de gênero e políticas públicas. 2007. 262 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-528487>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449–469, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 13 jul. 2023.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 2020. E-book. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. Convenção de Belém do Pará. Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. Belém do Pará: Comissão Interamericana de Direitos Humanos., , 1994. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. Lei 13.104 de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a

Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Presidência da república, 2006.

BRASIL. Mapa da Violência. Brasília: Câmara dos deputados: 2018. E-book. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf&sa=D&source=docs&ust=1689271076178731&usg=AOvVaw2WS5iT-sFb-VJUbQ2BPmq0>. Acesso em: 18 maio 2023.

CAVALCANTI, G. de M. B. et al. A violência contra a mulher no sistema único de saúde. Revista de Pesquisa, Cuidado é Fundamental, Rio de Janeiro, v. 12, p. 145–153, 2020. Disponível em: http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewFile/7148/pdf_1. Acesso em: 13 jul. 2023.

CECILIO, L. P. P. et al. Violência interpessoal: estudo descritivo dos casos não fatais atendidos em uma unidade de urgência e emergência referência de sete municípios do estado de São Paulo, Brasil, 2008 a 2010. Epidemiologia e Serviços de Saúde, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 293–304, 2012. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-49742012000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 jul. 2023.

CHANDAN, J. S. et al. Intimate Partner Violence and the Risk of Developing Fibromyalgia and Chronic Fatigue Syndrome. Journal of Interpersonal Violence, [s. l.], v. 36, n. 21–22, p. NP12279–NP12298, 2021. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260519888515>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CNJ. O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2017. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=Awrihyp4NrBkR2gRBvnz-6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1689298680/RO=10/RU=https%3a%2f%2fbibliotecadigital.cnj.jus.br%2fjspui%2fbistream%2f123456789%-2f108%2f1%2fO%2520Poder%2520Judici%25C3%25A1rio%2520na%2520Aplica%-25C3%25A7%25C3%25A3o%2520da%2520Lei%2520Maria%2520da%2520Penha.indd.pdf/RK=2/RS=pvJDFJRVdNwObIBvAulEprhQP38-. Acesso em: 18 maio 2023.

CORTES, L. F.; PADOIN, S. M. de M. Intencionalidade da ação de Cuidar mulheres em situação de violência: contribuições para a Enfermagem e Saúde. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 20, p. e20160083, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/b8Yz6Yvh-5tskjfFrnrgWnWv/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

COSTA LEITE, F. M. et al. Violence against women: featuring the victim, aggression and the author. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 2181–2191, 2015. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/3464>. Acesso em: 13 jul. 2023.

FREITAS, C. G. de; SILVA, R. B. B. da. A violência contra mulher e a psicologia diante dessa

realidade na perspectiva da atenção básica. *Revista Mosaico*, [s. l.], v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1778>. Acesso em: 13 jul. 2023.

GEDRAT, D. C.; SILVEIRA, E. F. da; ALMEIDA NETO, H. de. Perfil dos parceiros íntimos de violência doméstica: uma expressão da questão social brasileira. *Serviço social e sociedade*, [s. l.], v. 138, p. 342–358, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000200342. Acesso em: 13 jul. 2023.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, N. P.; ERDMANN, A. L. Violência conjugal na perspectiva de profissionais da Estratégia Saúde da Família: problema de saúde pública e a necessidade do cuidado à mulher. *Revista latino americana de enfermagem*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 76–84, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v22n1/pt_0104-1169-rlae-22-01-00076.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

LIMA, J. de S.; DESLANDES, S. F. Olhar da gestão sobre a implantação da ficha de notificação da violência doméstica, sexual e/outras violências em uma metrópole do Brasil. *Saúde e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 661–673, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000200661. Acesso em: 13 jul. 2023.

MARASCA, A. R. et al. Marital physical violence suffered and committed by men: repeating family patterns?. *Psico USF*, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 99–108, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000100099. Acesso em: 13 maio 2023.

MARQUES, E. S. et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, p. e00074420, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n4/e00074420/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MARTINS, A. G.; NASCIMENTO, A. R. A. do. Violência doméstica, álcool e outros fatores associados: uma análise bibliométrica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, [s. l.], v. 69, n. 1, p. 107–121, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672017000100009&lng=pt&nrm=iso&lng=pt. Acesso em: 10 maio 2023.

MCMAHON, K. et al. Childhood maltreatment and risk of intimate partner violence: A national study. *Journal of Psychiatric Research*, [s. l.], v. 69, p. 42–49, 2015.

MOREIRA, G. A. R. et al. Notificações de violência sexual contra a mulher no Brasil. *Revista brasileira de promoção à saúde*, [s. l.], v. 28, n. 3, 2015. Disponível em: <http://ojs.unifor.br/index.php/RBPS/article/view/3877/pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

MOURA, J. Q. de et al. *Homens Autores de Violência contra Mulher: Um Estudo Descritivo*. Con-

textos Clínicos, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 174–197, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-34822020000100010-&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 jul. 2023.

OLIVEIRA, C. A. B. de et al. Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia - Brasil. *Revista cuidado*, Bucaramanga, [s. l.], v. 10, n. 1, p. e573–e573, 2019. Disponível em: <https://revistacuidarte.udes.edu.co/index.php/cuidarte/article/view/573/1030>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ONU. ONU alerta para os custos da violência contra as mulheres no mundo. Brasília: Organização das Nações Unidas, , 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-alerta-para-os-custos-da-violencia-contra-as-mulheres-no-mundo/>. Acesso em: 10 maio 2023.

PAIXÃO, G. P. D. N. et al. Naturalization, reciprocity and marks of marital violence: male defendants' perceptions. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [s. l.], v. 71, n. 1, p. 178–184, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000100178&lng=en&tlng=en. Acesso em: 13 jul. 2023.

PIMENTA, J. C. Violência contra mulher: um desafio para a atenção básica à saúde. 2011. 29 f. Monografia (Pós-graduação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Governador Valadares, 2011.

ROSA, D. O. A. et al. Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados. *Saúde debate*, [s. l.], v. 42, n. spe4, p. 67–80, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000800067. Acesso em: 13 jul. 2023.

SANTOS, M. C. et al. Violência contra a mulher no Brasil: Algumas reflexões sobre a implementação da Lei Maria da Penha. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais*, Alagoas, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 37, 2017. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/VIOL%C3%8ANCIA-CONTRA-A-MULHER-NO-BRASIL%3A-ALGUMAS-SOBRE-Santos-Soares/b4b11f8a11d2ee6730452d03c6312764f5bc8086>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SILVA, C. M. O perfil psicológico de mulheres que sofrem violência doméstica e seus laços afetivos. 2023. 22 f. Monografia (Graduação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5787>. Acesso em: 14 maio 2023.

SILVA, V. G. da; RIBEIRO, P. M. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. *Escola Anna Nery*, [s. l.], v. 24, p. e20190371, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/RXvRBqJz3x4dD3BmmtHDCsK/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SIQUEIRA, V. de B. et al. Violência psicológica contra mulheres usuárias da atenção primária à saúde. *Revista APS*, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 437–449, 2018. Disponível em: <http://ojs2.ufjf>.

emnuvens.com.br/aps/article/view/16379/8460. Acesso em: 3 maio 2023.

VELOSO, M. M. X. et al. Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 18, n. 5, p. 1263–1272, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000500011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 13 jul. 2023.

VIEIRA, L. B. et al. Abuse of alcohol and drugs and violence against women: experience reports. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [s. l.], v. 67, n. 3, 2014. Disponível em: <http://www.gnresearch.org/doi/10.5935/0034-7167.20140048>. Acesso em: 13 jul. 2023.

VU, N. L. et al. Children's exposure to intimate partner violence: A meta-analysis of longitudinal associations with child adjustment problems. *Clinical Psychology Review*, [s. l.], v. 46, p. 25–33, 2016.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015. E-book. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrEpbjOLBkdYsR-gfrz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1689299300/RO=10/RU=https%3a%2f%2fapublica.org%2fwp-content%2fuploads%2f2016%2f03%2fMapaViolencia_2015_mulheres.pdf/RK=2/RS=TK08.A1o904U2EmJJiDI8h3nn1Y-. Acesso em: 17 maio 2023.

WHO. World report on violence and health. Geneva: World Health Organization, 2002. E-book. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9241545615>. Acesso em: 13 jul. 2023.

YU, R. et al. Mental disorders and intimate partner violence perpetrated by men towards women: A Swedish population-based longitudinal study. *PLoS medicine*, [s. l.], v. 16, n. 12, p. e1002995, 2019.

Índice Remissivo

A

Aedes aegypti 96, 97, 102
Aedes albopictus 96, 97
agressão 84, 85, 86, 87
água 40, 42, 48, 50, 52
aleitamento materno 48, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59
aleitamento materno exclusivo 49, 54, 55, 59
alergias 48, 50, 57
alterações tumorais 72, 73, 74
Arboviroses 97, 105
asma 32, 39, 42
atenção a saúde 32, 43
austeridade fiscal 32, 33, 34, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 47

B

baixo peso ao nascer 32, 40, 42

C

carboidratos 41, 48, 56
cárie 42, 61, 63, 65
Central de Material e Esterilização (CME) 12, 13, 14, 15
Chikungunya 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106
citationID 86, 87
Colonização da Microbiota 49
condições de vida 32, 40
coordenação motora 61
crescimento e desenvolvimento infantil 32
Criança 39, 72
cuidados com a higiene 61
cuidados com a higiene oral 61

D

dentista 61, 64, 65, 66
desenvolvimento motor e intelectual 49, 58
desigualdade 38, 40, 84, 85
desigualdades sociais 32, 33, 40
desnutrição 32, 41, 57
diferença de gênero 84, 85
diminuição nas coberturas vacinais 32
Doença de Parkinson – DP 61
doenças respiratórias e infecciosas 32
doença viral 96

dor intensa 96, 97

E

espasmos musculares 61

F

febre 96, 98, 105

Febre Chikungunya (FCHIK) 96, 97

G

Gestão da qualidade em saúde 22

H

hamartomas 72, 73

hospital 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 26, 30, 41, 54, 59, 81

Hospital Municipal de médio porte 12

I

impactos da austeridade fiscal 32, 34, 35, 39

Implantação 12, 20

implantação da CME 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19

imunidade 49, 50, 58

indicadores de saúde 22, 28, 37, 38, 43

infecções 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 42, 48, 50, 51, 52, 57, 58, 74

Infecções Hospitalares 12

L

leite materno 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59

lipídios 48, 56

M

malformações congênitas 72, 73

marketing de serviço de saúde 22, 28

maus-tratos 84, 87

maus-tratos na infância 84, 87

médicos pediatras 72, 73

microbiota 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

microbiota intestinal 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60

mortalidade infantil 32, 33, 34, 38, 40, 42

mulheres violentadas 84, 87

N

neoplasias 72, 73

neurônios 61, 62, 63

nutrição 41, 49, 50, 58, 59

O

obesidade 32, 41, 45
odontogênicas 72, 73, 74
Odontologia 61, 69, 70, 72, 81
odontopediatras 72, 73
organizações de saúde 22, 23, 24, 28
otimização de recursos 22, 24, 25, 26, 28, 29

P

pacientes com Parkinson 61, 66
perdas dentárias 61
peso corporal 48
poliartralgia 96, 97, 105
Política de saúde 32
procedimentos assistenciais 12
processo mastigatório 61
processo saúde-doenças 22
Prognóstico 72
programas de proteção social 32, 43
proteínas 48, 56

Q

qualidade 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 40, 41, 54, 55, 62, 63, 64, 67

R

recém-nascido 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 75, 76
rotina de trabalho 12

S

saúde a curto e longo prazo 32
saúde bucal 61, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70
Saúde da Criança 32, 34, 35, 39, 43
saúde mental 32, 33, 37, 39, 43, 64
saúde mental infantil 32
saúde pública 18, 19, 46, 84, 89
segurança 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 28, 33, 78
segurança aos pacientes 22, 28
Segurança em saúde 12
serviços de saúde 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 37, 43, 86
situação epidemiológica 96, 99
sociedade sexista e patriarcal 84, 85

T

tumores 72, 73, 74, 79
tumores na cavidade oral 72, 73

V

violação dos direitos humanos 84, 85

violência 37, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90

violência contra a mulher 84, 85, 86, 88, 89, 90

violência contra mulheres 84, 89

violência na família 84

vírus da Chikungunya 96

X

Xerostomia 61, 62

EDITORIA
OMNIS SCIENTIA



editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 



editoraomnisscientia@gmail.com 
<https://editoraomnisscientia.com.br/> 
@editora_omnis_scientia 
<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 
+55 (87) 9656-3565 